



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Concurso Público para provimento de cargos de

## Analista Judiciário

Caderno de Prova, Cargo F06, Tipo 001

000000000000000000

00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Maio/2007

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Atenção:** As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto abaixo:

**Cuidado: o uso desse aparelho pode produzir violência**

A revista **Science** publicou, em 2002, o relatório de uma pesquisa coordenada por Jeffrey Johnson, da Universidade de Colúmbia, em Nova York. O estudo mostra uma relação significativa entre o comportamento violento e o número de horas que um sujeito (adolescente ou jovem adulto) passa assistindo à TV.

Pela pesquisa de Johnson, os televisores deveriam ser comercializados com um aviso, como os maços de cigarros: cuidado, a exposição prolongada à tela desse aparelho pode produzir violência.

Estranho? Nem tanto. É bem provável que a fonte de muita violência moderna seja nossa insubordinação básica: ninguém quer ser ou continuar sendo quem é. Podemos proclamar nossa nostalgia de tempos mais resignados, mas duvido que queiramos ou possamos renunciar à divisão constante entre o que somos e o que gostaríamos de ser.

Para alimentar nossa insatisfação, inventamos a literatura e, mais tarde, o cinema. Mas a invenção mais astuciosa talvez tenha sido a televisão. Graças a ela, instalamos em nossas salas uma janela sobre o devaneio, que pode ser aberta a qualquer instante e sem esforço.

Pouco importa que fiquemos no **zapping** (\*) ou que paremos para sonhar em ser policiais, gângsteres ou apenas nós mesmos (um pouco piores) no **Big brother**. A TV confirma uma idéia que está sempre conosco: existe outra dimensão, e nossas quatro paredes são uma jaula. A pesquisa de Johnson constata que, à força de olhar, podemos ficar a fim de sacudir as barras além do permitido. Faz sentido.

(\*) **zapping** = uso contínuo do controle remoto.

(Contardo Calligaris, **Terra de ninguém**)

1. Em relação à pesquisa coordenada por Jeffrey Johnson, o autor do texto manifesta
  - (A) sua inteira estranheza, uma vez que tem convicções diametralmente opostas às do pesquisador.
  - (B) sua inteira concordância, detalhando todos os elementos da pesquisa e colando-se à argumentação dela.
  - (C) o acolhimento da conclusão geral da pesquisa, mas não deixa de trilhar um caminho reflexivo pessoal sobre o fenômeno observado.
  - (D) sua parcial concordância, pois julga que o pesquisador se valeu de uma argumentação bastante estranha, nem sempre coerente.
  - (E) sua plena discordância, uma vez que não vê qualquer relação entre assistir à TV e as eventuais atitudes de violência do público televisivo.

2. Considere as afirmações abaixo.
  - I. Na pesquisa de Jeffrey Johnson, ficou claro que é um exagero estabelecer uma relação de causa e efeito entre a exposição prolongada a programas de TV e atitudes de violência.
  - II. De acordo com o autor do texto, a literatura e o cinema já estimulavam, antes do surgimento da TV, os mesmos níveis de violência social.
  - III. O autor do texto defende a idéia de que a mídia pode estimular ações de violência que são geradas por nossa insatisfação com nós mesmos.

É correto o que se afirma em

  - (A) I, II e III.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) II, apenas.
  - (E) III, apenas.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em:
  - (A) *exposição prolongada* = exibição intermitente.
  - (B) *nostalgia de tempos mais resignados* = remorsos por antigas submissões.
  - (C) *uma janela sobre o devaneio* = uma refração da realidade.
  - (D) *renunciar à divisão constante* = recusar o freqüente desacordo íntimo.
  - (E) *sacudir as barras além do permitido* = ratificar os limites inaceitáveis.

4. Preserva-se plenamente a concordância verbal na frase:
  - (A) Caberia comercializar-se os televisores com uma advertência expressa sobre o perigo que representa as exposições contínuas à tela de uma TV.
  - (B) Boa parte dos atos de violência provém, de acordo com a pesquisa, do excesso de horas que dedica uma pessoa a assistir à TV.
  - (C) Seria da responsabilidade dos programas de TV certas incitações à violência, a se crer nas conclusões da pesquisa realizada.
  - (D) Todo aquele que, assistindo continuamente à TV, costumam valer-se dos recursos do **zapping**, abrem janelas sobre o devaneio.
  - (E) Não se atribua tão-somente à TV as atitudes de violência que se vem disseminando nos grandes centros urbanos.

5. Transpondo-se para voz passiva o segmento *Para alimentar nossa insatisfação*, a forma verbal resultante será
  - (A) seja alimentada.
  - (B) alimentemos.
  - (C) seria alimentada.
  - (D) tenha alimentado.
  - (E) fosse alimentado.

|   |  |
|---|--|
| <p>6. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) A relação significativa <u>cuja</u> se demonstrou na pesquisa se dá entre o comportamento violento e a audiência à TV.</p> <p>(B) A insubordinação básica <u>em que</u> se refere o autor do texto derivaria da insatisfação dos nossos recalcados desejos.</p> <p>(C) A invenção moderna mais astuciosa, <u>de cujos</u> efeitos trata o autor do texto, teria sido não a do cinema, mas a da TV.</p> <p>(D) O hábito do <b>zapping</b>, <u>com cujo</u> nos acostumamos, é um dos responsáveis pela abertura rápida de janelas sobre o nosso devaneio.</p> <p>(E) A conclusão de que nossa sala é uma jaula, <u>com que</u> chegou o autor do texto, não deixa de ser bastante provocadora e radical.</p>  | <p>10. Jeffrey Johnson realizou uma pesquisa, e o autor do texto, ao <u>comentar essa pesquisa</u>, <u>acrescentou a essa pesquisa</u> elementos de sua convicção pessoal, que <u>tornam essa pesquisa</u> ainda mais instigante aos olhos do público.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, segundo a ordem em que se apresentam, por</p> <p>(A) comentá-la - acrescentou-lhe - a tornam</p> <p>(B) a comentar - lhe acrescentou - lhe tornam</p> <p>(C) comentar-lhe - acrescentou-lhe - tornam-a</p> <p>(D) comentá-la - acrescentou-a - tornam-na</p> <p>(E) a comentar - acrescentou-lhe - tornam-lhe</p>  |
| <p>7. Está clara, coerente e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Sempre haverá quem discorde que a literatura fosse inventada de modo que assim a supríssemos com nossas insatisfações, ou vice-versa.</p> <p>(B) Quanto à nostalgia de tempos mais resignados, da qual poucos se insurgem, ela costuma freqüentemente ser proclamada.</p> <p>(C) É pela suspeita de haver uma nova dimensão, além da que vivemos, que se chega à conclusão de não precisarmos subordinarmos os devaneios.</p> <p>(D) Julga o autor do texto que nos insubordinamos contra as barras de nossa jaula quando nos alimentamos de devaneios propiciados pela TV.</p> <p>(E) Afirma-se no texto que faz sentido concluir-se de que a pesquisa de Johnson vai de encontro às teses confirmadas por este pesquisador.</p>                              | <p>11. Está inteiramente correta a articulação entre os tempos e modos verbais da frase:</p> <p>(A) A pesquisa de Johnson analisou um fenômeno que constituísse uma verdadeira obsessão que caracterize o homem moderno: o fascínio pela TV.</p> <p>(B) Caso fiquemos muito tempo no <b>zapping</b>, estaríamos demonstrando certa agitação íntima que caracterizasse nosso estado de insatisfação.</p> <p>(C) Sugere-se, nessa pesquisa, que o fato de nos apriisionarmos em nossa sala de TV fosse o responsável pela nossa predisposição a que cometêramos atos violentos.</p> <p>(D) Mesmo que não apresente grandes novidades em relação a pesquisas já realizadas, a de Johnson dá corpo à tese de que a exposição contínua à tela de TV torna-nos mais violentos.</p> <p>(E) Se de fato viéssemos a nos contentar com o que somos, as inúmeras janelas abertas pela TV não terão a mesma força de atração que as pesquisas demonstrassem.</p>                       |
| <p>8. <i>A pesquisa de Johnson constata que, <u>à força de olhar</u>, podemos ficar <u>a fim de sacudir as barras além do permitido</u>.</i></p> <p>Preserva-se o sentido essencial dessa frase caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) por mais que olhemos - submetidos a</p> <p>(B) de tanto olharmos - motivados para</p> <p>(C) quanto mais olharmos - impregnados de</p> <p>(D) tão logo olhemos - predispostos a</p> <p>(E) conquanto olhemos - condicionados em</p>  | <p>12. Estão adequados o emprego e a flexão de todas formas verbais na frase:</p> <p>(A) Se as pesquisas bem realizadas sempre intervissem no comportamento das pessoas, o estudo ao qual se aplicou Johnson teria algum efeito sobre o público.</p> <p>(B) Imergem da pesquisa de Johnson alguns dados reveladores quanto à ação da TV sobre nós, mas é possível que outros fatores hajam de modo determinante sobre o nosso comportamento.</p> <p>(C) Quem revir as várias pesquisas sobre a relação entre TV e comportamento haverá de se deparar com resultados que talvez constituam motivo para algum alarme.</p> <p>(D) Jamais conviu às emissoras de TV divulgar essas pesquisas, que quase sempre as encriminam como responsáveis pela multiplicação da violência social.</p> <p>(E) Se as violências que provêm do hábito de assistir à TV se saneassem por conta de alguma regulamentação governamental, seria o caso de pedir providências às autoridades.</p> |
| <p>9. Está inteiramente correta a pontuação do período:</p> <p>(A) Primeiro, inventamos a literatura e em seguida o cinema, mas nenhum desses meios, teria alcançado influenciar-nos tanto como a TV.</p> <p>(B) O fato de imaginarmos que há uma dimensão além das nossas paredes, é decisivo, para que reconheçamos na TV, o poder de abrir tantas janelas.</p> <p>(C) Por mais confortável que seja, o <b>zapping</b>, constitui na verdade, um meio de tentar suprir com rapidez nossa fome, insaciável de imagens.</p> <p>(D) Queremos por vezes imaginar: que somos policiais ou gângsteres, mas, preferiríamos ser nós mesmos, sentirmo-nos por assim dizer completos.</p> <p>(E) O autor preocupa-se, sobretudo, com a tese de que nossa violência tem origem em nossa divisão interna, responsável maior por nossas rebeldias.</p> |  |

13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) Quase ninguém, entre os que se ..... (**valer**) do controle remoto, resiste à tentação de passar velozmente por todos os canais de TV.
- (B) Se aos governantes não ..... (**cabere**) tomar providências para regulamentar a programação de TV, a quem, então, caberá?
- (C) Se a ninguém ..... (**preocupar**) os efeitos de se ficar colado a uma tela de TV, a todos intranqüiliza a onda crescente de violências.
- (D) Embora a cada um de nós ..... (**afetar**) as imagens nostálgicas de um passado íntegro, passamos, na fase adulta, a nos sentir divididos.
- (E) Os que não gostam de TV jamais ..... (**haver**) de se lamentar por terem aberto janelas sobre seus próprios devaneios.

14. É preciso **corrigir** a redação da seguinte frase:

- (A) A menos que hajam outros fatores, boa parte das violências modernas adviram pela atenção excessiva consignada à TV.
- (B) Conquanto haja outros fatores responsáveis pela expansão da violência, a responsabilidade da TV não é pequena.
- (C) Ainda que não seja a única responsável, a TV está entre as causas principais das atitudes violentas que marcam nossa sociedade.
- (D) De programas violentos da TV costuma advir alguma inspiração para atos de violência, tais como os que se multiplicam hoje em dia.
- (E) Talvez fosse o caso – para se avaliar a pesquisa de Johnson – de se estudar o comportamento de comunidades que não têm acesso à TV.

15. Considerando-se o contexto, constituem uma causa e seu efeito, nesta ordem, as ações representadas por

- (A) *número de horas / passa assistindo.*
- (B) *proclamar nossa nostalgia / renunciar à divisão constante.*
- (C) *fiqueamos no zapping / ou que paremos para sonhar.*
- (D) *A TV confirma uma idéia / que está sempre conosco.*
- (E) *insubordinação básica / muita violência moderna.*

**LEGISLAÇÃO APLICADA: LEI Nº 6.123 de 20.07.68 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco**

16. Em virtude da revisão do processo administrativo disciplinar, foi invalidada a demissão de determinado funcionário estável, uma vez que restou comprovada sua inocência. Diante deste fato, referido servidor deverá ser, em tese,

- (A) readaptado em qualquer cargo dentro do Poder Executivo, sem direito ao recebimento das vantagens que eventualmente deixou de receber.
- (B) reintegrado ao serviço público com ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo, ou posto em disponibilidade no cargo que exercia, se não for possível a reintegração.
- (C) removido às funções anteriormente desempenhadas ou posto em disponibilidade, por até 6 (seis) meses, à critério da Administração Pública.
- (D) revertido à atividade, oportunidade em que exercerá suas atribuições na qualidade de excedente.
- (E) submetido a novo estágio probatório de 2 (dois) anos, com direito ao ressarcimento de todas as vantagens que deixou de perceber.

17. O inquérito administrativo, cujo resultado seja pena disciplinar, poderá ser revisto

- (A) a qualquer tempo, mediante requerimento do funcionário punido que demonstre fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar sua inocência.
- (B) quando o punido alegar a simples injustiça da penalidade aplicada.
- (C) dentro do prazo prescricional de até 1 (um) ano, contados do trânsito em julgado da decisão que impôs a penalidade.
- (D) de ofício, por qualquer autoridade judiciária que, dentro do prazo decadencial de 6 (seis) meses, tomar conhecimento da injustiça da penalidade.
- (E) pela autoridade que houver determinado a aplicação da pena de exoneração, desde que requerido pelo interessado.

18. No que tange à posse dos funcionários civis do Estado de Pernambuco, considere as afirmações abaixo:

- I. Não haverá posse nos casos de promoção e reintegração.
- II. Dentre outros casos, é facultado a posse por procuração, quando o nomeado estiver ausente do Estado.
- III. O decurso do prazo para a posse sem que esta se realize, importa na demissão do aprovado em concurso público.
- IV. A requerimento do interessado, o prazo para a posse poderá ser prorrogado, por justa causa, por até 180 (cento e oitenta) dias.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e IV.

19. O funcionário estável, no caso de extinção ou declaração de desnecessidade do cargo pelo Poder Executivo, será

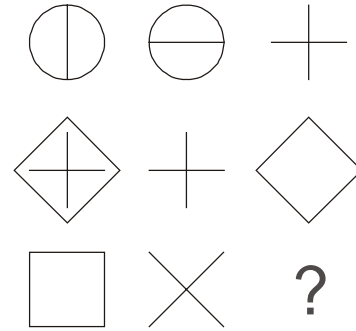
- (A) demitido, com direito a indenização calculada com base no tempo de efetivo exercício.
- (B) exonerado, sem direito a indenização relativa ao tempo de serviço.
- (C) posto em disponibilidade remunerada, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- (D) revertido para a inatividade.
- (E) readaptado em qualquer cargo dentro do mesmo órgão público.

20. É certo que, a promoção

- (A) do funcionário suspenso disciplinarmente ou do que esteja licenciado, na época da promoção, para tratar de assuntos de interesse particular, obedecerá ao critério do merecimento.
- (B) obedecerá alternadamente aos critérios do merecimento e disponibilidade do agente público.
- (C) será realizada no semestre posterior àquele em que ocorrer a vaga.
- (D) é a elevação do funcionário, em caráter efetivo, à classe imediatamente superior à que pertence na respectiva série.
- (E) por merecimento do funcionário em exercício de mandato eletivo estadual ocorrerá, obrigatoriamente, no início de cada legislatura.

**RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO**

21. Considere a seqüência de figuras abaixo.



A figura que substitue corretamente a interrogação é:

- (A)
- (B)
- (C)
- (D)
- (E)

22. Se Rasputin não tivesse existido, Lenin também não existiria. Lenin existiu. Logo,

- (A) Lenin e Rasputin não existiram.
- (B) Lenin não existiu.
- (C) Rasputin existiu.
- (D) Rasputin não existiu.
- (E) Lenin existiu.

23. Assinale a alternativa que substitui corretamente a interrogação na seguinte seqüência numérica: **8 12 24 60 ?**

- (A) 56
- (B) 68
- (C) 91
- (D) 134
- (E) 168

24. Assinale a alternativa que completa a série seguinte: **J J A S O N D ?**

- (A) J
- (B) L
- (C) M
- (D) N
- (E) O

25. Assinale a alternativa correspondente ao número de cinco dígitos no qual o quinto dígito é a metade do quarto e um quarto do terceiro dígito. O terceiro dígito é a metade do primeiro e o dobro do quarto. O segundo dígito é três vezes o quarto e tem cinco unidades a mais que o quinto.

- (A) 17942
- (B) 25742
- (C) 65384
- (D) 86421
- (E) 97463

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

**Atenção:** Para responder às questões de números 26 a 30 considere integralmente o seguinte enunciado:

*Um funcionário de um órgão judiciário é incumbido pelo supervisor, de redigir um texto que contenha aproximadamente 2000 palavras, não podendo conter erros de sintaxe ou ortográficos. O texto, composto de letras e números, deve receber cálculos feitos em determinadas células de uma planilha eletrônica, cujos resultados deverão ser preservados na planilha, devendo ser salvo para posterior recuperação. O supervisor solicita, ainda, que todo o cuidado seja tomado no caso de perda do original e também quanto ao acesso ao texto por pessoas não autorizadas. Após a conclusão, o texto deve ser encaminhado via correio eletrônico sem identificação dos destinatários. O texto também deve ser publicado em uma página Web interna da organização mas que seja somente acessado por pessoas autorizadas. Uma parte do texto solicitado deve ser obtido na Web mediante pesquisa de determinadas palavras-chave fornecidas pela chefia. Após a conclusão deverão ser tiradas vinte cópias do texto em papel timbrado do órgão que serão entregues pessoalmente pelo supervisor aos destinatários.*

*O ambiente operacional de computação disponível para realizar estas operações envolve o uso do MS-Windows, do MS-Office, das ferramentas Internet Explorer e de correio eletrônico, em português e em suas versões padrões mais utilizadas atualmente.*

Observação: Entenda-se por mídia removível disquetes, CD's e DVD's graváveis, Pen Drives (mídia removível acoplada em portas do tipo USB) e outras funcionalmente semelhantes.

26. A determinação "não podendo conter erros de sintaxe ou ortográficos" quer dizer ao funcionário que, para auxiliá-lo nessa tarefa, ele deve

- (A) usar a Configuração automática do MS-Office contida no menu Configurar.
- (B) acionar uma função específica do MS-Word.
- (C) usar a Correção ortográfica do MS-Word acionada a partir do menu Formatar.
- (D) acionar a Configuração automática do MS-Word dentro do Windows Explorer.
- (E) acionar a Ortografia e gramática do MS-Office dentro do Windows Explorer.

27. O acesso por pessoas não autorizadas é um forte indicativo para que

- (A) seja usada uma senha de proteção na gravação do arquivo.
- (B) o Windows Explorer não permita leitura, mas somente gravação de arquivos.
- (C) o arquivo seja gravado em pasta não compartilhável.
- (D) backups diários do arquivo sejam realizados.
- (E) o arquivo seja gravado somente em mídia removível.

28. Ao salvar o arquivo que contém o texto, o Windows Explorer

- (A) não tem como reconhecer o seu tamanho.
- (B) irá classificá-lo com Tamanho e Tipo mas não com Data de modificação.
- (C) não tem como classificar o seu tipo.
- (D) somente poderá identificar o seu tipo.
- (E) irá classificá-lo com Tamanho, Tipo e Data de modificação.

29. Alternativamente, o salvamento do arquivo pelo editor de textos poderá

- (A) ser feito na RAM.
- (B) ser realizado na EPROM.
- (C) ocorrer tanto no disco rígido quanto em uma mídia removível.
- (D) ser realizado diretamente em um slot da placa-mãe.
- (E) ser realizado na ROM.

30. Após a conclusão, o texto deve ser encaminhado via correio eletrônico sem identificação dos destinatários. Portanto, deverá ser utilizado o campo

- (A) "Para" do navegador.
- (B) "Cc" da ferramenta de correio eletrônico.
- (C) "Para" da ferramenta de correio eletrônico.
- (D) "Cco" da ferramenta de correio eletrônico.
- (E) "Cco" do navegador.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. No que se refere ao contraditório e ampla defesa pode-se afirmar que tais princípios

- (A) se aplicam também no inquérito policial, visto ser procedimento judicialiforme e restritivo à liberdade.
- (B) garantem ao indivíduo, em qualquer situação, o duplo grau de jurisdição, garantia prevista na Constituição.
- (C) não alcançam somente o indivíduo que esteja, num processo administrativo ou judicial, na situação de acusado.
- (D) não se aplicam em sindicância para a apuração de falta disciplinar praticada por presidiários por não importar em efeitos penais.
- (E) elidem a denúncia vaga e imprecisa, mas não a sentença condenatória proferida com base exclusivamente no inquérito policial.

32. É certo que a Administração Pública deverá observar certos princípios constitucionais e outras determinações, e dentre estas, que

- (A) os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego que possibilite o acesso a informações privilegiadas restringe-se a administração direta.
- (B) a administração fazendária e seus servidores terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- (C) serão computadas, para efeito dos limites da remuneração e do subsídio dos ocupantes de cargos e empregos da Administração pública, as parcelas de caráter indenizatório.
- (D) ficam vedadas as contratações de servidores por tempo determinado, ainda que para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público face ao princípio do concurso público.
- (E) os atos de improbidade administrativa importarão, dentre outras cominações, em cassação dos direitos políticos e o ressarcimento ao erário, com prejuízo da ação penal.

33. No processo legislativo considere o seguinte:

- I. Normas promulgadas pelo Congresso Nacional em assunto de sua competência, a exemplo da aprovação de tratados internacionais.
- II. Atos emanados por autoridade ou órgão colegiado de qualquer dos três Poderes, a exemplo da delegação legislativa do Congresso Nacional para o Presidente da República, transferindo a competência na elaboração de uma lei.

Esses atos legislativos dizem respeito, respectivamente,

- (A) às leis complementares à constituição e às leis delegadas.
- (B) às medidas provisórias e às leis delegadas.
- (C) às emendas constitucionais e aos decretos-leis.
- (D) aos decretos legislativos e às resoluções.
- (E) às resoluções e às leis ordinárias.

34. Tendo em vista a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, observa-se que NÃO é exigida, dentre outros casos, a prestação de contas ao órgão público competente, por parte de pessoa

- (A) física pública que gerencie bens e valores pelos quais a União responda.
- (B) jurídica privada que administre dinheiro, bens e valores públicos.
- (C) jurídica pública que gerencie bens e valores pelos quais a União responda.
- (D) física privada que utilize, arrecade, guarde bens e valores públicos.
- (E) física ou jurídica em suas operações civis ou comerciais.

35. A Constituição Federal prevê certas vedações aos juízes, dentre outras, a de

- I. receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvada as exceções previstas em lei.
- II. exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- III. exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outro cargo ou função, ainda que de ensino.
- IV. dedicar-se à atividade político-partidária, salvo os casos previstos em lei.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, III e IV.

36. Como centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais, os órgãos públicos

- (A) gozam de capacidade processual para defesa de suas prerrogativas funcionais, posto que possuem personalidade jurídica própria.
- (B) possuem vontade própria e detém personalidade jurídica de direito público.
- (C) são dotados de vontade e capazes de exercer direitos e contrair obrigações para a consecução de seus fins institucionais.
- (D) representam juridicamente a pessoa jurídica que eles integram em virtude da teoria da imputação.
- (E) colegiados atuam e decidem por meio de um único agente, uma vez que são originários da Constituição Federal e representativos dos Poderes do Estado.

|   |  |
|---|--|
| <p>37. A Administração Pública, por meio do regular uso do poder disciplinar,</p> <p>(A) distribui, ordena, escalona e revê a atuação de seus agentes, de modo que as atividades por eles desempenhadas obedçam ao princípio da eficiência.</p> <p>(B) apura infrações e aplica penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.</p> <p>(C) edita normas complementares à lei, que disponham sobre organização administrativa ou relações entre os particulares que estejam em situação de submissão especial ao Estado.</p> <p>(D) condiciona e restringe o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado.</p> <p>(E) pratica atos administrativos de sua competência, com liberdade de escolha quanto à sua conveniência, oportunidade, forma e conteúdo.</p>   | <p>40. Com relação aos princípios constitucionais da Administração Pública, considere:</p> <p>I. A Constituição Federal proíbe expressamente que conste nome, símbolo ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos em publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.</p> <p>II. Todo agente público deve realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.</p> <p>As afirmações citadas correspondem, respectivamente, aos princípios da</p> <p>(A) impessoalidade e eficiência.<br/>         (B) publicidade e moralidade.<br/>         (C) legalidade e impessoalidade.<br/>         (D) moralidade e legalidade.<br/>         (E) eficiência e publicidade.</p>  |
| <p>38. Dentre os atributos do ato administrativo, a imperatividade</p> <p>(A) garante ao Poder Público a execução de determinado ato administrativo, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.</p> <p>(B) autoriza a Administração Pública a executar os atos que não respeitaram os requisitos necessários para sua formação válida, enquanto não decretada sua nulidade pelo Judiciário.</p> <p>(C) exige que os atos administrativos correspondam a figuras definidas previamente na lei como aptas a produzir determinados resultados.</p> <p>(D) permite que determinado ato obrigacional expedido pela Administração Pública se imponha a terceiros, independentemente de sua concordância.</p> <p>(E) é o resultado que a Administração quer alcançar com a prática de atos que conferem direitos solicitados pelos administrados.</p>   | <p>41. O negócio jurídico NÃO é nulo quando</p> <p>(A) for preterida alguma solenidade que a lei considera essencial para sua validade.<br/>         (B) for indeterminável o seu objeto.<br/>         (C) celebrado por pródigos.<br/>         (D) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.<br/>         (E) não revestir da forma prescrita em lei.</p>  |
| <p>39. No que tange à licitação, observe as seguintes afirmações:</p> <p>I. Ao declarar a licitação dispensável, o órgão responsável deverá demonstrar a inviabilidade de competição ante a existência de um único objeto ou pessoa que atenda às necessidades da Administração.</p> <p>II. Verifica-se a licitação deserta quando não acudirem interessados na licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.</p> <p>III. Dentre os tipos de licitação, o convite destina-se a escolha de trabalho técnico, artístico ou científico, mediante a instituição de um prêmio.</p> <p>IV. A concorrência é obrigatória, dentre outras hipóteses, para as concessões de direito real de uso.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.<br/>         (B) I e III.<br/>         (C) I, III e IV.<br/>         (D) II, III e IV.<br/>         (E) II e IV.</p> | <p>42. Considere as assertivas abaixo sobre responsabilidade civil.</p> <p>I. É responsável pela reparação civil, ainda que não haja culpa de sua parte, os donos de hotéis pelos atos praticados pelos seus hóspedes.</p> <p>II. Em qualquer hipótese, aquele que ressarcir o dano causado por outrem poderá reaver o que houver pago daquele por quem pagou.</p> <p>III. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.</p> <p>IV. A prisão, por queixa falsa e de má-fé, é considerada pelo Código Civil ofensa à liberdade pessoal, passível de indenização.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I, II e III.<br/>         (B) I, II e IV.<br/>         (C) I e III.<br/>         (D) I, III e IV.<br/>         (E) II, III e IV.</p> <p>43. No que concerne às pessoas jurídicas, é correto afirmar:</p> <p>(A) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.<br/>         (B) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões serão tomadas necessariamente pela maioria de votos dos presentes.<br/>         (C) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, de ofício, nomear-lhe-á administrador provisório.<br/>         (D) O poder público poderá negar o reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao funcionamento das organizações religiosas.<br/>         (E) Na hipótese de confusão patrimonial não caberá a desconsideração da personalidade jurídica para atingir os bens particulares dos sócios.</p> |



|   |  |
|---|--|
| <p>44. Considere as assertivas abaixo sobre vigência e aplicação das leis.</p> <p>I. Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.</p> <p>II. Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.</p> <p>III. Só haverá revogação da lei anterior pela posterior quando esta expressamente o declare.</p> <p>IV. Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>   | <p>47. É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário</p> <p>(A) quando nele estiver postulando, como advogado da parte, qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, na linha colateral até o segundo grau.</p> <p>(B) em que for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes ou de representante do Ministério Público.</p> <p>(C) quando alguma das partes for credora de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau.</p> <p>(D) quando alguma das partes for devedora de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o segundo grau.</p> <p>(E) quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes ou de perito judicial.</p>   |
| <p>45. A prescrição corre normalmente</p> <p>(A) não estando vencido o prazo.</p> <p>(B) entre cônjuges, na constância do casamento.</p> <p>(C) pendendo condição suspensiva.</p> <p>(D) pendendo ação de evicção.</p> <p>(E) entre ascendentes e descendentes quando cessado o poder familiar.</p>   | <p>48. Dentre outras sanções, em regra, o perito que, por</p> <p>(A) dolo ou culpa, prestar informações inverídicas, responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado, por 3 anos, a funcionar em outras perícias.</p> <p>(B) culpa, prestar informações inverídicas, não responderá pelos prejuízos que causar à parte, mas ficará inabilitado, por 1 ano, a funcionar em outras perícias.</p> <p>(C) culpa, prestar informações inverídicas, responderá pelos prejuízos que causar à parte, mas não ficará inabilitado a funcionar em outras perícias.</p> <p>(D) dolo ou culpa, prestar informações inverídicas, responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado, por 2 anos, a funcionar em outras perícias.</p> <p>(E) dolo, prestar informações inverídicas, responderá pelos prejuízos que causar à parte, e ficará inabilitado, por 5 anos, a funcionar em outras perícias.</p>   |
| <p>46. Considere as assertivas abaixo a respeito do Ministério Público.</p> <p>I. O Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei, cabendo-lhe, no processo, os mesmos poderes e ônus que às partes.</p> <p>II. Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado dos atos decisórios do processo.</p> <p>III. Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público poderá juntar documentos e certidões, bem como produzir prova em audiência.</p> <p>IV. Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a parte promover-lhe-á a intimação sob pena de nulidade do processo.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) I e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p> | <p>49. O autor do processo Y perdeu a capacidade processual. O processo W tem como pressuposto o julgamento de questão de estado, requerido como declaração incidente; e o processo Z ficou parado durante mais de 1 ano por negligência das partes. Em regra, suspender-se-á o (s) processo (s)</p> <p>(A) Y e Z.</p> <p>(B) Y e W.</p> <p>(C) W e Z.</p> <p>(D) Z.</p> <p>(E) W.</p> <p>50. Com relação as respostas do réu é certo que</p> <p>(A) aplica-se, em regra, o ônus da impugnação especificada dos fatos na contestação ao advogado dativo e ao órgão do Ministério Público.</p> <p>(B) o réu poderá oferecer exceção, no prazo de 10 dias, em petição escrita, dirigida ao juiz da causa.</p> <p>(C) o réu pode, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem.</p> <p>(D) quando oferecida reconvenção, o autor reconvido será intimado, pessoalmente, para contestá-la no prazo de 10 dias.</p> <p>(E) a desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não obsta o prosseguimento da reconvenção.</p> |

|  |   |
|--|---|
| <p>51. Em relação aos crimes de responsabilidade praticados pelo Presidente da República, é correto afirmar que</p> <p>(A) não poderá exceder cento e oitenta dias, contados do fato imputado, o prazo para o seu processo e julgamento.</p> <p>(B) está ele passível da pena de perda do cargo, com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, imposta pelo Congresso Nacional.</p> <p>(C) a imposição da pena pelo crime de responsabilidade exclui o processo e o julgamento do acusado por crime comum, na justiça ordinária.</p> <p>(D) o Senado Federal é tribunal de pronúncia e o Congresso Nacional, tribunal de julgamento.</p> <p>(E) a declaração de procedência da acusação só poderá ser decretada pela maioria absoluta da Câmara que a proferir.</p>   | <p>54. Em relação as causas de exclusão da culpabilidade, considere as assertivas abaixo.</p> <p>I. O desconhecimento da lei é inescusável.</p> <p>II. O erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, isenta o autor de pena; se inevitável, poderá diminuí-la de um terço a dois terços.</p> <p>III. Reconhecida a excludente da obediência hierárquica, responde pelo crime apenas o superior de quem emanou a ordem, ainda que manifestamente ilegal.</p> <p>IV. Para que se configure a coação moral irresistível, indispensável se torna a presença de três elementos: o coator, o coagido e a vítima.</p> <p>V. É irresistível a coação quando não pode ser superada senão com uma energia extraordinária e, portanto, juridicamente inexigível.</p>  |
| <p>52. Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito a conduta do agente público que</p> <p>(A) aumenta despesa com pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do agente que determinou tal aumento.</p> <p>(B) utiliza recursos de transferência voluntária em finalidade diversa da pactuada.</p> <p>(C) determina irregular renúncia de receita, mediante anistia, subsídio ou concessão de isenção, recebendo para tanto qualquer outra vantagem econômica.</p> <p>(D) assume diretamente compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, que não seja empresa estatal dependente, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito.</p> <p>(E) contrata operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controla, na qualidade de beneficiário do empréstimo.</p> | <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, IV e V.</p> <p>(C) II, III e V.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) III, IV e V.</p>  |
| <p>53. Em relação aos Crimes contra a Administração Pública, considere:</p> <p>I. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.</p> <p>II. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.</p> <p>III. Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.</p> <p>IV. Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.</p>  | <p>55. Em relação ao dolo e a culpa é INCORRETO afirmar que:</p> <p>(A) É justamente na previsibilidade dos acontecimentos e na ausência de previsão pelo agente que reside a conceituação da culpa penal.</p> <p>(B) Enquanto no dolo direto o indivíduo age por causa do resultado, no eventual, age apesar do resultado.</p> <p>(C) No campo penal, em razão da adoção da teoria da “compensação de culpas”, se dois agentes concorrem culposamente para um resultado ilícito, ambos serão, em tese, responsabilizados.</p> <p>(D) Na culpa consciente, diferentemente do dolo eventual, o agente firme e deliberadamente age visando a obtenção do resultado ou assume o risco de produzi-lo.</p> <p>(E) Dolo é o comportamento psíquico contrário à ordem jurídica e como tal deve ser aferido no momento do delito.</p> |
| <p>As assertivas correspondem, respectivamente, aos crimes de</p> <p>(A) concussão, corrupção passiva, tráfico de influência e corrupção ativa.</p> <p>(B) corrupção ativa, concussão, corrupção passiva e tráfico de influência.</p> <p>(C) corrupção passiva, tráfico de influência, concussão e corrupção ativa.</p> <p>(D) tráfico de influência, corrupção passiva, corrupção ativa e concussão.</p> <p>(E) concussão, corrupção ativa, tráfico de influência e corrupção passiva.</p>  | <p>56. Inclui-se dentre as condições de procedibilidade da ação penal pública condicionada, quando a lei o exigir,</p> <p>(A) o inquérito policial.</p> <p>(B) a representação do ofendido.</p> <p>(C) o relatório da autoridade policial.</p> <p>(D) a existência de, pelo menos, duas testemunhas do fato.</p> <p>(E) o boletim de ocorrência.</p>  |

57. Em caso de morte do ofendido, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação penal privada passará, de acordo com a ordem estabelecida pelo Código de Processo Penal, ao
- (A) descendente, cônjuge, ascendente ou irmão.
  - (B) ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.
  - (C) descendente, ascendente, irmão ou cônjuge,
  - (D) cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
  - (E) irmão, descendente, ascendente ou cônjuge.

58. Considere as decisões abaixo proferidas no juízo criminal.

- I. Sentença que reconhece categoricamente a inexistência material do fato.
- II. Sentença que decide que o fato imputado ao réu não constitui crime.
- III. Decisão que julga extinta a punibilidade do réu.
- IV. Despacho que determina o arquivamento do inquérito policial.

Faz coisa julgada no cível, impedindo a propositura da ação civil para ressarcimento do dano contra o autor do fato e, se for o caso, contra o responsável civil, a(s) indicada (s) APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

59. A incompetência do juízo anula

- (A) os atos processuais posteriores ao recebimento da denúncia.
- (B) os atos processuais posteriores ao oferecimento da denúncia.
- (C) somente os atos decisórios.
- (D) os atos processuais posteriores à citação do acusado.
- (E) os atos processuais posteriores à defesa prévia.

60. O Ministério Público, com base em peças de informação e sem prévia instauração de inquérito policial, ofereceu denúncia contra funcionário público pela prática de crime afiançável contra a administração pública. Nesse caso,

- (A) o acusado será citado para apresentar defesa prévia no prazo de 3 dias, seguindo-se a designação de data para interrogatório.
- (B) se a denúncia for recebida, o acusado será notificado para responder por escrito dentro do prazo de 10 dias.
- (C) se a denúncia for recebida, o acusado será intimado para apresentar defesa prévia no prazo de 3 dias, seguindo-se o seu interrogatório.
- (D) o acusado será citado para interrogatório e, se a denúncia for recebida, será notificado para responder por escrito em 10 dias.
- (E) o juiz mandará notificar o acusado para responder por escrito, dentro do prazo de 15 dias.